

Planus Informática e Tecnologia Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Quotistas da
Planus Informática e Tecnologia Ltda.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Planus Informática e Tecnologia Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos, dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planus Informática e Tecnologia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião com ressalvas

Contratos de arrendamento das operações de impressão (printing)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Sociedade registrou seus contratos de arrendamento das operações de impressão (*printing*), na modalidade de arrendadora, considerando o conceito de arrendamento operacional; no entanto, conforme o disposto no pronunciamento técnico IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, tais contratos deveriam ter sido reconhecidos e apresentados considerando o conceito de arrendamento financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a operação que compreendia as transações de impressão (*printing*) foram vendidas para terceiros em 30 de novembro de 2021, sendo que a Sociedade não mantém transações dessa natureza no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre os potenciais ajustes aplicáveis sobre os saldos comparativos do Imobilizado e das Contas a Receber e seus respectivos impactos no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020 e dos potenciais ajustes nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Imposto de renda e contribuição social

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6, 13 e 22 (b) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui (i) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$3.056 mil, (ii) ativo de imposto de renda e contribuição social a recuperar no montante de R\$1.454 mil, (iii) passivo de imposto de renda e contribuição social a pagar no montante de R\$5.227 mil e (iv) imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos registrado na demonstração de resultados do exercício findo nessa data nos montantes de R\$4.682 mil de despesa corrente e R\$3.056 mil de crédito diferido, respectivamente. A Sociedade está revisando as apurações fiscais de imposto de renda e contribuição social, não tendo concluído suas análises até o momento. Em 31 de dezembro de 2021, não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes de auditoria quanto (i) a adequada apuração (inclusive de preços de transferência), mensuração e divulgação dos saldos de ativo, passivo, receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e (ii) a necessidade de registro de provisão para recuperação do ativo fiscal diferido e nem, conseqüentemente, determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes em relação aos respectivos saldos de ativo, passivo, transações de receitas e despesas e respectivas divulgações.

Provisão genérica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui passivo de provisão genérica a pagar no montante de R\$1.511 mil em 31 de dezembro de 2021. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, o saldo passivo circulante e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$1.511 mil, e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$1.511 mil.

Ajuste a Valor Presente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Sociedade possui um contas a receber pela venda da operação de *printing* no montante de R\$8.600 mil em 31 de dezembro de 2021 que não se encontra ajustado a valor presente. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, o saldo ativo e do patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$407 mil, e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$407 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, de forma que emitimos relatório de auditoria em 5 de outubro de 2021, com opinião com ressalva sobre o assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas” de Contratos de arrendamento das operações de impressão (*printing*). As demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes. Conseqüentemente, não emitimos opinião sobre eles.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de Fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO | Notas explicativas | 31/12/2021 | 31/12/2020 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Notas explicativas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-----------------------|---------------|---------------|--|-----------------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | | CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.251 | 1.550 | Fornecedores | | 6.111 | 11.050 |
| Contas a receber de clientes | 4 | 19.353 | 16.591 | Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 14 | 6.374 | 4.750 |
| Partes relacionadas | 8 | 57 | 129 | Impostos a recolher | 13 | 8.428 | 2.448 |
| Estoques | 5 | 3.079 | 6.660 | Adiantamento de clientes | | 1.877 | 6.508 |
| Impostos a recuperar | 6 | 2.327 | 3.657 | Empréstimos e Financiamentos | 17 | 5.309 | 6.599 |
| Adiantamento a fornecedores | | 1.203 | 29 | Partes relacionadas | 8 | 5.146 | - |
| Contas a receber - venda operação printing | 7 | 6.117 | - | Arrendamentos a pagar | 12 | 912 | 920 |
| Despesas antecipadas | | 109 | - | Provisão para contratos onerosos | 15 | 933 | - |
| Total do ativo circulante | | <u>34.496</u> | <u>28.616</u> | Outros passivos | | 184 | 162 |
| | | | | Total do passivo circulante | | <u>35.274</u> | <u>32.437</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | NÃO CIRCULANTE | | | |
| Impostos a recuperar | 6 | - | 2.502 | Impostos a recolher | 13 | 7.413 | 8.528 |
| Impostos diferidos | 22.b | 3.056 | - | Provisão para riscos | 16 | 1.381 | 336 |
| Contas a receber - venda operação printing | 7 | 2.483 | - | Empréstimos e Financiamentos | 17 | 3.421 | 5.303 |
| Direito de Uso | 11 | 4.217 | 4.035 | Arrendamentos a pagar | 12 | 3.328 | 3.191 |
| Imobilizado | 9 | 5.400 | 15.008 | Total do passivo não circulante | | <u>15.543</u> | <u>17.358</u> |
| Intangível | 10 | 156 | 457 | | | | |
| Total do ativo não circulante | | <u>15.312</u> | <u>22.002</u> | PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO | 18 | | |
| | | | | Capital social | | 23.541 | 23.541 |
| | | | | Reserva Lucros | | 1.084 | 1.084 |
| | | | | Prejuízos Acumulados | | (25.634) | (23.802) |
| | | | | Total patrimônio líquido negativo | | (1.009) | 823 |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>49.808</u> | <u>50.618</u> | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO | | <u>49.808</u> | <u>50.618</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

| | Nota explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 (não auditado) |
|---|---------------------|-----------------------|------------------------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS | 19 | 115.056 | 104.862 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 20 | <u>(105.870)</u> | <u>(102.037)</u> |
| LUCRO BRUTO | | 9.186 | 2.825 |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (11.284) | (14.128) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 7 | 3.599 | - |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | <u>1.501</u> | <u>(11.302)</u> |
| Resultado financeiro líquido | 21 | (1.707) | (1.140) |
| PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | <u>(206)</u> | <u>(12.442)</u> |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 22 | | |
| Corrente | | (4.682) | (193) |
| Diferido | 22.b | <u>3.056</u> | <u>-</u> |
| | | (1.626) | (193) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | <u><u>(1.832)</u></u> | <u><u>(12.635)</u></u> |
| Prejuízo líquido por ação (básico e diluído) - em R\$ | | (18,32) | (126,35) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> (não auditado) |
|--|-------------------|-------------------------------------|
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (1.832) | (12.635) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(1.832)</u> | <u>(12.635)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

| | <u>Nota explicativa</u> | <u>Capital social</u> | <u>Reserva Lucros</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------------|----------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (NÃO AUDITADO) | | <u>1.000</u> | <u>12.946</u> | <u>(11.167)</u> | <u>2.779</u> |
| Aumento de capital | 18 | 20.362 | (11.862) | - | 8.500 |
| Incorporação Cloud | 18 | 2.179 | - | - | 2.179 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (12.635) | (12.635) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | | <u>23.541</u> | <u>1.084</u> | <u>(23.802)</u> | <u>823</u> |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (1.832) | (1.832) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | | <u>23.541</u> | <u>1.084</u> | <u>(25.634)</u> | <u>(1.009)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 (não auditado) |
|--|---------------------|------------|------------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Prejuízo do exercício | | (1.832) | (12.635) |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa: | | | |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | 6.693 | 12.134 |
| Amortização de direito de uso de arrendamento | 11 | 709 | 678 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 4 | 899 | 1.019 |
| Provisão para contratos onerosos | 15 | 933 | 162 |
| Constituição de provisão para riscos | 16 | 1.088 | 336 |
| Constituição de provisão para perdas no estoque | 5 | 2.099 | 2.348 |
| Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos | 17 | 1.286 | 1.390 |
| Encargos financeiros sobre arrendamento | 12 | 283 | 85 |
| Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) | | 2 | - |
| Baixa de ativos imobilizados e intangíveis | 9 e 10 | 8.176 | - |
| | | 20.336 | 5.517 |
| Redução (aumento) em ativos: | | | |
| Contas a receber de clientes | | (3.661) | 6.933 |
| Estoques | | 1.482 | 749 |
| Impostos a recuperar | | 3.832 | (90) |
| Adiantamento a fornecedores | | (1.174) | 39 |
| Outros ativos | | (37) | 188 |
| Contas a receber - venda operação printing | 7 | (8.600) | - |
| Redução (aumento) nos passivos: | | | |
| Fornecedores | | (4.939) | (2.454) |
| Obrigações sociais | | 1.624 | 1.985 |
| Impostos a recolher | | 3.431 | 8.958 |
| Adiantamento de clientes | | (4.631) | (961) |
| Outros passivos | | (21) | (676) |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | | |
| | | 7.642 | 20.188 |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos | | | |
| | 17 | (1.286) | (1.570) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | |
| | | (1.624) | (193) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | | |
| | | 4.732 | 18.425 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aumento do ativo imobilizado | 9 | (4.960) | (8.034) |
| Aumento do ativo intangível | 10 | - | (255) |
| Aumento de direitos de uso | | 281 | 3.543 |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento | | (4.679) | (4.746) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | | |
| Distribuição de Lucros | | - | (304) |
| Incorporação Planus Cloud | | - | 2.179 |
| Empréstimos recebidos de partes relacionadas | | 5.146 | - |
| Captação de empréstimos e financiamentos | | 3.673 | (3.125) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | | (6.845) | (9.892) |
| Pagamentos de arrendamentos | | (1.326) | (1.245) |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | | 648 | (12.387) |
| Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | | 701 | 1.292 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | | |
| | | 1.550 | 258 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | | |
| | | 2.251 | 1.550 |
| Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | | |
| | | 701 | 1.292 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANUS INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em reais mil - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Planus Informática e Tecnologia Ltda. (“Sociedade”), constituída em 22 de setembro de 1987, na modalidade empresarial limitada, detendo de escritórios comerciais em São Paulo/SP (Matriz), Barueri/SP (Filial) e Serra/ES (Filial). Atuante em todo território nacional, tem por objeto social a consultoria, assessoria, suporte técnico, locação de máquinas e equipamentos, assim como cessão de direitos de software voltada para soluções de tecnologia, disponíveis no mercado para compor ofertas customizadas para cada tipo de negócio.

Compõe nossas atividades Cloud Services, Cybersecurity, Data Center, Gestão de dados, Networking, Networking as a Service (NaaS), Devices, Devices as Service (DaaS), Digital Workspace, Manager Services e Business Continuity.

Desde 06 de março de 2020 a Sociedade faz parte do Grupo de origem francesa VINCI Energies, onde houve aquisição de 100% do seu capital. A VINCI está presente em 100 países e atingiu em 2021 receita operacional de EUR 49.396 bilhões, contando atualmente com cerca de 260.000 colaboradores em todo o mundo. (informação não auditada)

A partir de 17 de junho de 2021 a Sociedade passou a atuar sob a marca global AXIANS, marca de tecnologia da informação e comunicação da VINCI Energies, presente em 25 países, com mais de 12 mil colaboradores, faturou mais de 2,6 bilhões de euros no mundo em 2020. Sua proposta é entregar o melhor da tecnologia com um toque humano e apoiar as empresas em sua jornada de transformação digital de forma sustentável. (informação não auditada)

Em 30 de novembro de 2021 foi realizada a venda da operação de printing (outsourcing de impressão), no intuito de manter o foco nas soluções *core* da marca Axians de Cloud Services, Cybersecurity, Data Center, Gestão de dados, Networking, Networking as a Service (NaaS), Devices, Devices as Service (DaaS), Digital Workspace, Manager Services e Business Continuity.

A Diretoria da Sociedade entende que, apesar do capital circulante líquido negativo, provocado em especial da classificação do saldo a pagar para partes relacionadas no curto prazo, não existe risco de inadimplência, ou de continuidade operacional, uma vez que o fluxo de caixa total previsto, que inclui inclusive o recebimento de parte do contas a receber da venda de printing, será capaz de reverter esta situação. A expectativa da Diretoria é de que a geração de caixa seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Sociedade, contando também com suporte do grupo Vinci Energies do Brasil, se necessário.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo, vide item (m), das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Continuidade operacional

A acionista tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Planus, apesar dos prejuízos apresentados no últimos dois anos, possui recursos adequados para sua continuidade operacional nos próximos exercícios. Portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Base para preparação e principais práticas contábeis

a) Equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Contas a receber

Estão registrados os saldos decorrentes de prestações de serviços e vendas de mercadorias atreladas à atividade operacional da Sociedade.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base na perda esperada (conforme pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros), na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial.

c) Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

A taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

d) Tributação

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na medida em que não seja provável a realização de lucros tributáveis disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados *são revisados* a cada data do balanço e *são reconhecidos* na extensão em que se torn provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a Diretoria da Sociedade.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

g) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis, deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, se aplicável, até a data do balanço.

h) Reconhecimento de Receita

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de aditivos, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

A receita dos contratos de prestação de serviços recorrentes são reconhecidas à medida em que os serviços são executados.

A receita dos contratos de revenda são reconhecidas à medida em que há a transferência dos riscos e benefícios atrelados aos equipamentos e/ou produtos.

i) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e líquidos dos impostos recuperáveis. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados e necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A cada fechamento de balanço a Diretoria realiza a análise de realização dos estoques e constitui provisão para perda por giro dos estoques, levando em consideração o prazo para perda tecnológica, demanda do mercado e vínculo contratual.

j) Moeda funcional e de apresentação

A Sociedade definiu o Real (R\$) como sendo a moeda funcional, pois melhor reflete o ambiente econômico no qual está inserida. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os pagamentos de arrendamento estão classificados como atividade de financiamento e juros pagos estão demonstrados nas atividades operacionais.

l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos subsequentemente, são principalmente: Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD, Provisão para perda por giro do estoque, Impostos Diferidos e Continuidade dos Negócios, cujos critérios foram descritos acima.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

n) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

a) Alterações e revisões das normas

No exercício corrente, a Sociedade avaliou as diversas emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo CPC, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2021:

- CPC 11, CPC 40, CPC 48, CPC 06 e CPC 38 – Impacto da adoção inicial nas alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 - Essas alterações permitem refletir os efeitos da transição das taxas interbancárias (“interbank offered rates – IBOR”) para taxas de juros de referência alternativas (também denominadas taxas livres de risco ou “risk free rates – RFRs”) sem resultar em impactos contábeis que não forneceriam informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras – A aplicação dessa norma não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.
 - CPC 06 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 – Em março de 2021, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 (R2)) após 30 de junho de 2021 que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 – a Sociedade optou pela não aplicação do expediente prático.
- b) Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2021 e ainda não adotados:

Na data da aprovação destas Demonstrações Financeiras a Sociedade não adotou as novas normas revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

- CPC 50 – Contratos de seguros (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro – A aplicação dessa norma não terá impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.
- Alterações ao CPC 36 e CPC 18 – Demonstrações Consolidadas e Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações) – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture – A Diretoria não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.
- Alterações ao CPC 26 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) – As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação entre circulante e não circulante se baseiam em direitos existentes da data do balanço e especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo - A Diretoria não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

- Alterações ao CPC 15 – Referência à Estrutura Conceitual (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022) - As alterações incluem a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25, o comprador aplica esta norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados e também acrescentam declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios – A Sociedade avaliará os efeitos dessa norma em eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos, caso ocorram.
- Alterações ao CPC 27 – Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso em sua fase de testes. Consequentemente, a entidade reconhece estes recursos diretamente no resultado, mensurando o custo destes itens de acordo com o CPC 16(R1) - Estoques – A Diretoria não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.
- Alterações ao CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – As alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso – A Diretoria não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.
- Alterações ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis, substituindo o termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes” – A Diretoria não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.
- Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis e esclarece situações que mudanças nas estimativas contábeis não devem ser classificadas como erros. – A Diretoria avaliará futuras estimativas contábeis que possam ser impactadas pelas alterações desta norma.
- Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023) – As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais – A Diretoria não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

O CPC ainda não editou todos os respectivos Pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses Pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade sejam os mesmos da adoção dos Pronunciamentos do IASB descritos acima.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários com média de 82,00% do CDI e com resgate imediato.

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 2 | - |
| Bancos - conta movimento | 1.376 | 1.430 |
| Aplicações financeiras | 873 | 120 |
| | <u>2.251</u> | <u>1.550</u> |

4. CONTAS A RECEBER

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Valores a receber | | |
| Clientes | 21.271 | 17.610 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.918) | (1.019) |
| Total contas a receber de clientes – Circulante | <u>19.353</u> | <u>16.591</u> |

Os saldos de contas a receber de clientes, agrupados por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim demonstrados:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 14.876 | 14.808 |
| Vencido até 30 dias | 2.084 | 1.197 |
| Vencido entre 31 e 90 | 1.160 | 551 |
| Vencido entre 91 e 180 | 875 | 132 |
| Vencido entre 181 e 360 | 1.026 | 411 |
| Acima de 360 | 1.251 | 511 |
| Total | <u>21.271</u> | <u>17.610</u> |

A Sociedade considera que o montante constituído como provisão para créditos de liquidação duvidosa – PECLD é suficiente para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação da provisão para PECLD é como segue:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do exercício | (1.019) | - |
| Constituição de provisão | (899) | (1.019) |
| Saldo no fim do exercício | <u>(1.918)</u> | <u>(1.019)</u> |

5. ESTOQUES

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Estoque para Prestação de Serviços | 6.334 | 6.884 |
| Estoque para Revenda | 1.192 | 2.124 |
| Provisão para valor realizável do estoque | (4.447) | (2.348) |
| Total | <u>3.079</u> | <u>6.660</u> |

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Sociedade constituiu provisão visando ajustar o valor realizável dos estoques, o aumento significativo na provisão para perda se explica através da venda de nossa operação de “Printing”, cujo o estoque destinado à prestação de serviço de reprografia não foi adquirido em sua totalidade pela adquirente da operação de “Printing”, se tornou obsoleto na operação. Segue abaixo a movimentação de provisão para valor realizável do estoque:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do exercício | (2.348) | - |
| Constituição | (2.099) | (2.348) |
| Saldo no fim do exercício | <u>(4.447)</u> | <u>(2.348)</u> |

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| IRPJ/CSLL – Saldo Negativo de IRPJ (a) | 758 | 4.170 |
| IRPJ/CSLL - Retenções de Clientes(b) | 696 | - |
| Pis/Cofins (c) | 556 | 1.979 |
| ISS a recuperar | 225 | - |
| ICMS a recuperar (d) | 79 | 10 |
| INSS a recuperar (e) | 13 | - |
| Total | <u>2.327</u> | <u>6.159</u> |
| Curto prazo | 2.327 | 3.657 |
| Longo prazo | - | 2.502 |

Os saldos de impostos a recuperar atuais referem-se: (a) IRPJ/CSLL negativos a serem compensados no período subsequente com impostos de mesma natureza ou outros impostos federais, (b) Créditos de IRPJ/CSLL retidos na fonte (c) Créditos de PIS/COFINS retidos na fonte e oriundos de compras para atividade de venda e serviços (d) Créditos de ICMS sobre compras para revenda (e) INSS retidos sobre prestação de serviços.

7. CONTAS A RECEBER - VENDA OPERAÇÃO DE PRINTING

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------|---------------------|-------------------|
| Venda operação Printing | 8.600 | - |
| Total de Outros ativos | <u>8.600</u> | <u>-</u> |
| Curto Prazo | 6.117 | - |
| Longo Prazo | <u>2.483</u> | <u>-</u> |
| Total | <u><u>8.600</u></u> | <u><u>-</u></u> |

Os saldos acima representam o saldo a receber decorrente da venda de uma das atividades da Sociedade (Operação de Printing – Outsourcing de Impressão), conforme mencionado na Nota Explicativa 1. A venda da operação consistiu na transferência de propriedade de ativos (estoque e imobilizado), seção dos contratos com clientes, bem como na seção e/ou liquidação dos contratos de leasing. O valor total da operação foi de R\$ 17.681, segregado em R\$ 13.099 da transferência dos ativos e carteira de clientes e R\$ 4.582 da transferência da obrigação dos contratos de leasing. O montante de R\$ 13.099 teve o recebimento parcial a vista e o restante liquidado em até 24 meses, sem qualquer tipo de atualização, exceto em caso de inadimplência, conforme cronograma de recebimento abaixo. Já a seção e/ou liquidação dos leasings foi concluída até a data de 31 de maio de 2022.

| | <u>Assinatura</u> | <u>Até 3 meses</u> | <u>3 a 6 meses</u> | <u>6 a 12 meses</u> | <u>Após 12 meses</u> | <u>Total</u> |
|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Ativos + Contratos | 6.529 | 1.358 | 1.200 | 1.529 | 2.483 | 13.099 |
| Leasing | 638 | 3.944 | - | - | - | 4.582 |
| Total | <u>7.167</u> | <u>5.302</u> | <u>1.200</u> | <u>1.529</u> | <u>2.483</u> | <u>17.681</u> |

Até a data de divulgação destas Demonstrações Financeiras, não identificamos atrasos nas parcelas a receber da adquirente.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as partes relacionadas são celebradas de acordo com as negociações entre as partes. As principais transações são empréstimos a curto prazo e prestação de serviços. Os Administradores da Sociedade não recebem bônus e/ou participação nos lucros.

O saldo de mútuo celebrado com a Sisnergy – Soluções e Sistemas Integrados Ltda., é atualizado mensalmente em condições acordadas entre as partes com a aplicação de taxa média diária de CDI mais 0,26% a.m. até a data da liquidação do saldo, com encerramento em 31/01/2022. A Planus Informática e Tecnologia Ltda conta com suporte financeiro do Grupo Vinci Energies do Brasil Participações que em última instância proverá os recursos necessários para a liquidação dos contratos de mútuo, caso necessário.

Possuímos outros saldos entre com outras empresas do grupo das quais o custo de maior valor se referente ao contrato de prestação de Serviços de TI junto a Vinci System Information, custo de marcas pago a Vinci do Brasil e outros serviços referente a subcontratações de serviços.

| | 2021 | | | 2020 | | |
|-----------------------------|-----------|--------------|----------------|------------|----------|------------|
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| SISNERGY | 43 | 5.134 | (864) | 60 | - | 60 |
| VINCI Energies do Brasil | | - | (2.930) | - | - | - |
| Acuntia | - | - | (95) | - | - | - |
| C.I.I.B. Ltda. | - | - | (37) | 19 | - | 19 |
| INTECH | 14 | - | 98 | 50 | - | 50 |
| VINCI ENERGIES MANAGEMENT | - | 12 | (269) | - | - | - |
| VINCI ENERGIES SYSTEME INFO | - | - | (1.455) | - | - | - |
| Total | 57 | 5.146 | (5.552) | 129 | - | 129 |

9. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

| | Taxa anual depreciação % | 31.12.2021 | | | 31.12.2020 | | |
|-------------------------|--------------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido | Depreciação acumulada | Custo |
| Máquinas e Equipamentos | 33 | 190 | (69) | 121 | 226 | (65) | 161 |
| Computadores/Máquinas | 33 | 34.806 | (30.303) | 4.503 | 48.759 | (35.518) | 13.241 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 476 | (152) | 324 | 193 | (122) | 71 |
| Instalações | 5 | 389 | (19) | 370 | 6.611 | (5.169) | 1.442 |
| Benfeitorias | 10 | 127 | (45) | 82 | 127 | (34) | 93 |
| Total | | 35.988 | (30.588) | 5.400 | 55.916 | (40.908) | 15.008 |

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------|--------------|---------------|
| Saldo inicial | 15.008 | 16.684 |
| Adições: | | |
| Instalações | 388 | - |
| Máquinas e Equipamentos | - | 48 |
| Computadores/ Periféricos | 4.277 | 6.286 |
| Móveis e Utensílios | 295 | 46 |
| Benfeitorias | - | 10 |
| Total de adições | 4.960 | 10.462 |
| Baixas líquidas (a) | (8.162) | (4) |
| Depreciação acumulada | (6.406) | (12.134) |
| Saldo final | 5.400 | 15.008 |

(a) Substancialmente relacionado à operação de printing. Vide nota explicativa nº 7.

10. INTANGÍVEL

| | | 31.12.2021 | | | 31.12.2020 | | |
|----------|-----|------------|-----------------------|---------------|------------|-----------------------|---------------|
| | | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Software | 20% | 1.679 | (1.523) | 156 | 1.773 | (1.316) | 457 |
| Total | | 1.679 | (1.523) | 156 | 1.773 | (1.316) | 457 |

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------|------------|------------|
| Saldo inicial | 457 | 316 |
| Adições: | | |
| Software | - | 518 |
| Custo Total | - | 518 |
| Baixas líquidas | (14) | - |
| Amortização | (287) | (377) |
| Saldo final | 156 | 457 |

11. DIREITOS DE USO

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Sociedade aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Sociedade e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

A Sociedade aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Sociedade referem-se à locação dos imóveis e veículos.

A movimentação da operação de arrendamento está demonstrada a seguir:

| | Imóveis | Veículos | Total |
|---------------------------------|---------|----------|-------|
| Descrição | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 848 | - | 848 |
| Arrendamento | 3.786 | - | 3.786 |
| Amortização | (599) | - | (599) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 4.035 | - | 4.035 |
| Arrendamento | 516 | 375 | 891 |
| Amortização | (569) | (140) | (709) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 3.982 | 235 | 4.217 |

| | <u>Imóveis</u> | <u>Veículos</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|----------------|-----------------|--------------|
| Direito de uso líquido | | | |
| Saldo em 31/12/2021 | 3.982 | 235 | 4.217 |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.035 | - | 4.035 |
| Taxa anual média de amortização: | | 8,93% | 8,91% |

12. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Sociedade possui contratos de arrendamentos relacionados ao direito de uso de bens imóveis e de veículos conforme segue:

| | <u>Imóveis</u> | <u>Veículos</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------|----------------|-----------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 918 | - | 918 |
| Adições | 3.786 | - | 3.786 |
| Juros incorrido | 85 | - | 85 |
| Contraprestações Pagas | (678) | - | (678) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 4.111 | - | 4.111 |
| Adições | 797 | 375 | 1.172 |
| Juros incorrido | 268 | 15 | 283 |
| Contraprestações Pagas | (1.156) | (170) | (1.326) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>4.020</u> | <u>220</u> | <u>4.240</u> |
| | | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Curto Prazo | | 912 | 920 |
| Longo Prazo | | 3.328 | 3.191 |
| Total de arrendamento | | <u>4.240</u> | <u>4.111</u> |

Segue abaixo movimentação do resultado de arrendamento mercantil:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| Adição | 1.047 | 677 |
| Amortização do arrendamento | (709) | (598) |
| Juros incorridos | (283) | (84) |
| Total | <u>55</u> | <u>(5)</u> |

13. IMPOSTOS A RECOLHER

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Parcelamentos de impostos (i) | 8.794 | 9.980 |
| Imposto de renda de pessoa jurídica a recolher | 3.345 | 455 |
| Contribuição social a recolher | 1.882 | 88 |
| PIS/COFINS a recolher | 1.243 | 171 |
| ICMS a recolher | 516 | 26 |
| Imposto de renda retido na fonte a recolher | 36 | 2 |
| Outros impostos a recolher | 25 | 21 |
| ISS a recolher | - | 233 |
| Total | <u>15.841</u> | <u>10.976</u> |
| Circulante | 8.428 | 2.448 |
| Não Circulante | 7.413 | 8.528 |

- (i) Parcelamento de ISS advindo do não recolhimento entre os períodos de 2010 e 2016 e com homologação firmada em 24 de outubro de 2017 em 120 parcelas, com prazo de quitação em 31 de outubro de 2027. As parcelas são atualizadas mensalmente pela SELIC.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os saldos das obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim compostos:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão prêmio de desempenho | 1.204 | 802 |
| Provisões para férias | 1.178 | 2.378 |
| Provisão de encargos trabalhistas e previdenciários | 1.511 | - |
| INSS | 832 | 474 |
| IRRF | 591 | 385 |
| Provisões para acordos de rescisão trabalhista | 302 | 440 |
| FGTS | 456 | 256 |
| Outras obrigações | 187 | - |
| Salários a pagar | 113 | 15 |
| Total | <u>6.374</u> | <u>4.750</u> |

15. PROVISÕES PARA CONTRATOS ONEROSOS

O saldo de provisões é assim composto:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão para contratos onerosos (i) | 933 | - |
| Total | <u>933</u> | <u>-</u> |

- (i) A Sociedade reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para os projetos com seus clientes cujos resultados apresentam-se de forma onerosa.

16. PROVISÕES PARA RISCOS

A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Diretoria acredita, suportada pela opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos são suficientes para cobrir as eventuais perdas. A Sociedade não possui ações de riscos possíveis.

Essas provisões estão assim demonstradas:

| Natureza do risco | 31/12/2020 | Adições | Reversão | 31/12/2021 |
|-------------------|------------|---------|----------|------------|
| Trabalhista | 327 | 1.088 | (34) | 1.381 |
| Fiscal | 9 | - | (9) | - |
| Total | 336 | 1.088 | (43) | 1.381 |

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | Capital de Giro (a) | BNDES (b) | Leasing (c) | Total |
|----------------------------------|---------------------|-----------|-------------|---------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 3.313 | 200 | 11.516 | 15.029 |
| Captações | 2.483 | - | 3.623 | 11.072 |
| Pagamento principal | (1.974) | (84) | (7.433) | (9.491) |
| Pagamento juros | (298) | (41) | (1.160) | (1.499) |
| Juros incorridos | 584 | 33 | 1.140 | 1.757 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.108 | 108 | 7.686 | 11.902 |
| Captações | - | - | 3.673 | 3.673 |
| Pagamento principal | (2.263) | (76) | (4.506) | (6.845) |
| Pagamento de Juros | (412) | (11) | (863) | (1.286) |
| Juros incorridos | 412 | 11 | 863 | 1.286 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.845 | 32 | 6.853 | 8.730 |

| | BNDES | | | 2021 | 2020 |
|-------------|---------------------|-----|-------------|-------|--------|
| | Capital de Giro (a) | (b) | Leasing (c) | Total | Total |
| Curto Prazo | 1.845 | 29 | 3.435 | 5.309 | 6.599 |
| Longo Prazo | - | 3 | 3.418 | 3.421 | 5.303 |
| Total | 1.845 | 32 | 6.853 | 8.730 | 11.902 |

- (a) A Sociedade possui empréstimos com instituições bancárias locais com o objetivo de financiar os investimentos em equipamentos para a prestação de serviços com prazo médio de 34 meses à taxa de juros entre 0,87% e 1,49% ao mês. Os contratos de financiamento não possuem compromissos ou limitações ("covenants" financeiros), também não possuem garantias.
- (b) A Sociedade realizou financiamentos de Longo Prazo no ano de 2018 junto ao BNDES para financiamento de investimentos no qual possui prazo médio de 48 meses à taxa de juros de 1,40% ao mês. Os contratos de empréstimos não possuem compromissos ou limitações.

- (c) A Sociedade possui operações de leasing com o objetivo de financiar os investimentos em equipamento para a prestação de serviços com o prazo médio de 30 meses à taxa de juros entre 0,82% e 1,26% ao mes. Os contratos possuem os próprios equipamentos como garantia uma vez que a transferência de titularidade se dá à opção de compra realizada na última parcela de cada operação.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

A Vinci Energies do Brasil Participações Ltda. (na qualidade de única sócia) juntamente com a Sociedade, resolveram de pleno e comum acordo aprovar a incorporação da Planus Cloud & Service Ltda. em 31 de junho de 2020. O patrimônio líquido da incorporada avaliado a valor contábil de R\$ 2.179 foi incorporado mediante aporte adicional de capital na Sociedade.

Durante o exercício de 2020, para além do aporte mencionado anteriormente, a Sociedade deliberou mais três aumentos de capital sendo: a) um aumento de capital no valor de R\$ 11.861, com a capitalização de reservas de lucros e a criação de 11.861.995 novas quotas de R\$ 1,00 (um real) no dia 29 de janeiro de 2020; b) um aporte de R\$ 7.000 mediante emissão de 7.000.000 novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado pela sócia única da Sociedade em 30 de junho de 2020; c) um aporte de R\$ 1.500 mediante emissão de 1.500.000 novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado pela sócia única da Sociedade em 31 de dezembro de 2020.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social da Sociedade era de R\$ 23.541, representado por 23.540.957 quotas de R\$1,00 (em 2019, de R\$ 1.000 representados por 1.000.010 quotas de R\$1,00).

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade é de R\$23.541, representado por 23.540.957 quotas de R\$1,00 (em 2020, de R\$ 23.541 representados por 23.540.957 quotas de R\$1,00) detidos pela Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações Ltda.

A deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício da Sociedade, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras, compete à reunião de sócios a realizar-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, por proposta da Diretoria da Sociedade.

A avaliação da Sociedade pelo pagamento de lucros aos cotistas, durante cada exercício social, é feita com base na sua capacidade de geração de fluxo de caixa, levando-se em consideração suas projeções de longo prazo, incluindo os planos de investimento, bem como outros fatores que a Sociedade entenda pertinentes, tais como a obtenção e/ou manutenção dos indicadores financeiros.

19. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| | | Não Auditado |
| Receita bruta de Serviços | 66.932 | 56.270 |
| Receita bruta de Revenda | 55.147 | 49.699 |
| Receita bruta de Locação | 7.437 | 13.781 |
| Demais Receitas | 978 | - |
| <u>Deduções e impostos incidentes sobre vendas:</u> | | |
| Impostos | (14.771) | (14.317) |
| Abatimentos | (667) | (571) |
| Total de receitas líquidas de vendas | <u>115.056</u> | <u>104.862</u> |

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| | | Não Auditado |
| Mão de obra e outros gastos | (16.167) | (28.577) |
| Material para uso na prestação de serviços e revenda | (64.154) | (49.473) |
| Seguros, honorários advocatícios, consultorias e auditorias | (4.825) | (3.034) |
| Subcontratação de serviços técnicos e profissionais | (10.472) | (15.257) |
| Despesas com viagens | (654) | (627) |
| Aluguéis e condomínios | (967) | (1.104) |
| Aluguel de máquinas e equipamentos | (1.164) | (300) |
| Depreciação e Amortização | (6.693) | (12.134) |
| Provisão (reversão) valor realizável líquido dos estoques | (2.098) | (2.349) |
| Provisões para contratos onerosos | (933) | - |
| Provisão para riscos | (1.045) | (336) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (2.809) | (1.019) |
| Outros gastos operacionais | (937) | (1.955) |
| Taxa Adm / Gerenciamento de Tecnologia / Uso da Marca | (4.236) | - |
| Total de Gastos | <u>(117.154)</u> | <u>(116.165)</u> |

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| | | Não auditado |
| Despesas operacionais | (11.284) | (14.128) |
| Custos dos produtos vendidos e serviços prestados | (105.870) | (102.037) |
| Total | <u>(117.154)</u> | <u>(116.165)</u> |

21. RESULTADO FINANCEIRO

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> Não auditado |
|-----------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Rendimento de aplicações | 3 | 11 |
| Descontos obtidos | 322 | 743 |
| Juros recebidos | - | 1.182 |
| Outras receitas financeiras | 323 | - |
| Subtotal | <u>648</u> | <u>1.936</u> |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros incorridos | (2.035) | (2.375) |
| Descontos concedidos | (56) | (558) |
| Despesas bancárias | (228) | (143) |
| Variação cambial passiva | (36) | - |
| Subtotal | <u>(2.355)</u> | <u>(3.076)</u> |
| Total | <u>(1.707)</u> | <u>(1.140)</u> |

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2021 e de 2020 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (206) | (12.442) |
| Alíquota nominal | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Expectativa de imposto de renda e contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes | 70 | 4.230 |
| Efeitos tributários | <u>(1.696)</u> | <u>(4.423)</u> |
| IR e CS no resultado | (1.626) | (193) |
| Imposto de renda e contribuição social – correntes | (4.682) | (193) |
| Imposto de renda e contribuição social – diferidos | <u>3.056</u> | - |
| | <u>(1.626)</u> | <u>(193)</u> |

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|
| Provisão para contratos onerosos | 933 |
| Provisões para riscos | 1.381 |
| Provisões para PECLD, Perdas de Estoque, Multa Rescisória de FGTS e Aviso Prévio | <u>6.675</u> |
| Total | <u>8.989</u> |
| Ativo Diferido | 3.056 |

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A Sociedade mantém operações envolvendo instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, que se aproximam do valor de mercado devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

A Sociedade não aplica em derivativos, os valores justos de ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Sociedade.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é pulverizada de forma a que a Sociedade não esteja dependente de um cliente ou operação. Na sua grande maioria, os contratos são de longo prazo com cláusulas de interrupção.

Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilam devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Sociedade gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

As análises são feitas através da elaboração de um fluxo de caixa detalhado, alinhado com o plano de negócios, que é monitorado tempestivamente pela Diretoria.

Estimativa do valor justo

Como política de gestão de instrumentos financeiros, a Sociedade busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados a seguir:

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>Categoria</u> |
|--|-------------------|-------------------|------------------|
| Ativos financeiros: | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.251 | 1.550 | Custo amortizado |
| Contas a receber | 19.353 | 16.591 | Custo amortizado |
| Venda atividade (Printing) | 8.600 | - | Custo amortizado |
| Passivos financeiros e arrendamentos/leasing: | | | |
| Fornecedores | 6.111 | 11.050 | Custo amortizado |
| Arrendamentos | 4.240 | 4.111 | Custo amortizado |
| Empréstimos e Financiamentos | 8.730 | 11.902 | Custo amortizado |
| Partes relacionadas | 5.146 | - | Custo amortizado |

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade efetuou a quitação de seu empréstimo junto a empresa Sisnergy – Soluções e Sistemas Integrados Ltda. no valor de R\$ 5.134 a vista no mês de janeiro de 2022, de forma respeitar o prazo e cumprimento do acordo entre as partes.

Em 19 de outubro de 2022, a Sociedade fez nova deliberação de aumento de capital social no montante de R\$ 2.000, mediante a emissão de 2.000.000 novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 17 de Fevereiro de 2023.